

RESENHAS

MARQUÍNEZ ARGOTE, Germán.
Metafísica desde Latinoamérica.
Bogotá, Universidade Santo Tomás, 1980.

O autor, Germán Marquínez Argote, espanhol radicado na Colômbia desde 1959, é doutor em Filosofia pela Universidade Javeriana e mestre em Filosofia Latino-americana pela Universidade Santo Tomás, na qual leciona, atualmente.

A influência principal recebida pelo autor é a do filósofo espanhol Xavier Zubiri, o qual, ao lado de Ortega, Garcia Morente, José Gaos, marcou a vida de pensamento na Espanha contemporânea.

O livro consiste numa discussão da questão da metafísica à luz da filosofia da libertação. Na introdução, Argote apresenta uma abordagem histórica da metafísica, confronta o pensar metafísico e a filosofia da libertação, terminando por propor uma nova metafísica latino-americana, superadora da heideggeriana e sensivelmente influenciada pelo pensamento de Enrique Dussel. Esse projeto é desenvolvido pelo filósofo em seis capítulos, abrangendo os seguintes assuntos: a primeira, "Circunstância, meio e mundo", tem por objetivo "estabelecer a **diferença metafísica** que faz com que o homem seja um animal de mundo, isto é, um animal aberto à totalidade do real" (p. 33).

Este capítulo é encerrado pelo tópico: "em que mundo vivemos? ", no qual nosso filósofo procura responder à questão, caracterizando o mundo latino-americano. Este procedimento metodológico, que procura estabelecer princípios ou temas gerais e depois discuti-los à luz da realidade latino-americana, caracterizará todo o livro.

O segundo capítulo, discute as categorias **situação** e **hábito**, apoiando-se nos supracitados autores e inclui, no seu tópico 3, o assunto **situação latino-americana e filosofia da libertação**.

O terceiro capítulo, intitulado: "Ontologia e/ou Metafísica? ", é, a nosso ver, um dos mais interessantes do livro, uma vez que começa por demarcar os limites em que se move a metafísica proposta. Nessa, há uma inversão da perspectiva da metafísica tradicional: o conceito originário que utiliza não é o de **ser** mas o de **haver** (entendido, este, como **ser real**). Essa proposta serve de apoio aos dois capítulos seguintes, que tratam dos seguintes fulcros da metafísica da libertação: as noções de **realidade** e **alteridade**.

"Metafísica da realidade" (quarto capítulo), tem por objetivo demonstrar que o conceito de **realidade** é anterior ao de **ser**. Destacamos o item 10 desse texto, no qual o pensador resume as diferenças entre a visão ontológica do ser e a visão metafísica da realidade, apontando as teses centrais de cada uma.

O quinto capítulo, "Metafísica da alteridade", trata de lançar as bases de uma antropologia filosófica e discutir, à luz da definição do homem alcançada, a problemática do homem latino-americano e as urgências da reflexão filosófica em torno do tema do **outro**, encarado como **pobre** e **oprimido**.

O último capítulo, "libertação e religião", estuda, comparativamente, os sentidos das palavras **liberdade** e **opressão**, e aponta **caminhos para a libertação**. Esses consistem na identificação do sistema opressor vigente na América Latina, na proposta de elaboração de um sistema não opressor de mudanças e na crítica à mistificação da violência. O capítulo se encerra com um apanhado dos problemas da religião, do

agnosticismo e do ateísmo, sendo a primeira encarada como instrumento de liberação.

O livro tem ainda, em apêndice, quatro pequenos estudos dos quais destacamos a conferência sobre **Cem Anos de Solidão**, de Gabriel Garcia Márquez, realizada pelo nosso filósofo em 1978, na Universidade Santo Tomás. Nessa conferência, Argote analisa as relações entre natureza e cultura, cultura e palavra, ciência e poder, e indica os valores positivos e negativos vigentes em Macondo — região que simboliza, no romance, a América Latina.

Outro estudo interessante é “O homem latino-americano: ensaio de interpretação analítica”, centrado em torno do problema da **igualdade** entre os homens.

O escrito de Argote é um texto didático, preparado de modo que, ao fim de cada capítulo, exercícios hermenêuticos possam ser levados a cabo. Ademais, cada capítulo é seguido de indicações bibliográficas, que permitem ao estudante ampliar e aprofundar o texto básico em questão. Duas outras qualidades do livro são: uma detalhada **bibliografia final** e um **índice analítico**, a propósito de palavras, tais como: alteridade, analogia, entes, essência, existência, intencionalidade, liberação, liberdade, entre outras.

Constança Marcondes Cesar
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

*

MOSER, Antonio.

O Problema Ecológico e suas Implicações Éticas.

Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1983, 77 pp.

Antonio Moser, professor de Ética e Teologia do Instituto Filosófico e Teológico dos Franciscanos de Petrópolis é também professor da PUC do Rio de Janeiro e autor do livro: **O problema demográfico e as esperanças de um mundo novo.**

Nesta pequena obra, destaca-se uma idéia essencial: a realidade ecológica atual, apresenta-se de modo dramático e remete para a crise de valores humanos fundamentais; crise que deixa suas marcas não apenas na destruição da Natureza, mas também nas estruturas da sociedade.

Nas três partes em que está dividida, o autor transmite uma problemática medular decorrente da relação íntima entre injustiça em todos os níveis e degradação do meio ambiente, e comunica sua esperança baseada na ética libertadora procedente de Medellín e Puebla.

Na 1ª parte são fundamentadas as ligações Ecologia e Ética: “ambas ciências voltam-se em última análise para o homem, que tem seu destino umbilicalmente ligado à sua casa, ao universo. É por isto mesmo que a problemática do meio ambiente não apenas despertou uma consciência ecológica, mas também uma consciência ética. É a vida do homem na terra que se encontra ameaçada pela poluição crescente, pelo crescimento desordenado das populações, por um progresso equívoco, pela miséria e pela fome. É portanto através da vida ameaçada, que a Ecologia e a Ética encontram-se diante de um mesmo e gigantesco desafio: que fazer para possibilitar a vida sobre a terra? . Ecologia e Ética encontram-se questionadas pela mais grave ameaça que já pairou sobre o universo: a ameaça da sobrevivência do homem e de todas as formas de vida” (pág. 13).

Dentro ainda desta 1ª parte, o autor coloca os fatos que levam ao despertar da consciência ecológica e chama a atenção sobre as interpretações que podem fazer-se destes dados, de acordo com as correntes ideológicas que efetuam a interpretação dos mesmos. O ponto de esperança está na colocação do despertar da consciência

ética simultaneamente ao da consciência ecológica. Afirma o autor, que a partir do clima criado em torno do Vaticano II, uma grande ruptura dentro da ética cristã superou a mentalidade sacralizante e dualista: "em América Latina surge a ética libertadora que além de perceber o homem como nó de relações, realizando-se na medida em que entra em comunhão com os outros e com o universo, coloca nos seus princípios a situação do homem esmagado pela exploração. Uma ética assim, será capaz de oferecer subsídios válidos para o equacionamento do problema ecológico" (pág. 36).

Na 2ª parte é abordada a perspectiva teológica dos problemas ecológicos, afirmando que os problemas ecológicos são problemas do relacionamento do homem com Deus, pois o homem que destrói a criação é o homem que ignora os planos de Deus e contrapõe os seus próprios planos.

Na 3ª parte são colocados o juízo ético e os subsídios para um equacionamento, como decorrência lógica dos levantamentos anteriores sobre os problemas ecológicos. "O questionamento principal é saber qual é o mecanismo responsável pela degradação do meio ambiente, pois, a própria poluição pode-se transformar numa cortina de fumaça para encobrir os problemas de fundo" (pág. 49).

No tópico "subsídios para um equacionamento", o autor destaca dois pontos neurálgicos: Primeiro, o problema ecológico se constitui num desafio gigantesco e global para a humanidade; Segundo, o problema ecológico não se reduz a uma dimensão técnica e portanto não pede apenas uma solução técnica. "É, antes de tudo, um problema humano que revela um modo de ser desumano" (pág. 56).

O autor insiste em que a luta em favor da ecologia pede um novo modo de ser diante de qualquer tipo de vida e, clama pela libertação de todas as formas de opressão.

Na parte final coloca "os desafios que permanecem". A nível ideológico-prático, o 1º desafio consiste em buscar um tipo de sociedade e de progresso mais viáveis e mais humanos. 2º, que os países subdesenvolvidos, optem por outros modelos de desenvolvimento mais justo e menos destrutivo. O 3º desafio está em enfrentar a poluição, miséria, explosão demográfica etc., como expressões de um sistema sócio-econômico onde as empresas transnacionais são as grandes detentoras da tecnologia, da energia, e portanto deste tipo de "progresso predatório". O desafio a nível técnico, levaria a desenvolver uma tecnologia apropriada tanto na linha de produção agrícola como industrial. Uma política sócio-econômica que ponha verdadeiramente o homem no centro de suas preocupações, faz-se necessária.

Afirma o autor que estes desafios, permitem maior aproximação ao problema ecológico, que tem sua raiz na atitude de dominação que os homens tomam diante das coisas e dos outros homens. O apelo ético não pode ser entendido como o apelo ao retorno de uma era pré-tecnológica: é um apelo a uma reorientação dos caminhos da humanidade e manifesta a esperança de que o homem recoloca seu talento ao serviço da construção de uma morada digna de todos os homens.

A seriedade e clareza da abordagem do problema ecológico-ético, colocam em relevância esta obra e fazem necessária sua leitura, a todos os que estejam preocupados com a questão do meio ambiente.

Guadalupe de la Concha Leal
Pós-Graduação — PUCCAMP

GARCIA ALONSO, Luz.
Filosofia de la Eficácia.
 México, Ed. Jus S.A., 1978.

A autora constata que, na filosofia neotomista, somente a Ética aparece como ciência prática. Assinalando a ausência de uma filosofia do fazer, de uma filosofia da ação, Luz se propõe a elaborá-la. Seu livro, **Filosofia da Eficácia**, trabalho ainda incompleto, constitui uma primeira aproximação, um esboço a respeito do assunto. A pensadora distingue entre o campo da filosofia que indaga sobre uma prática (filosofia da arte), o que discute os princípios de ordem prática (ética) e o que estuda o fazer (filosofia da eficácia).

Garcia Alonso, começa por situar esta ciência no sistema das disciplinas filosóficas, procurando mostrar que a filosofia, hoje, apresenta-se como um saber que supera a perspectiva utilitarista, uma vez que seu objeto é o ser ou ser por excelência é Deus "paradigma do inútil: o ser ao qual se ama por si mesmo" (p. 15).

Embora do ponto de vista formal, a filosofia se apresente como inútil, pode ser considerada útil, do ponto de vista virtual, uma vez que prepara para a aproximação à verdade. Atua sobre a ação humana, oferecendo-lhe princípios perenes e discutindo as implicações práticas que resultam do saber científico. Por outro lado, a toda ação corresponde um princípio teórico que a orienta e tal princípio se apóia em uma filosofia.

A filosofia indaga, ainda: o que torna possível um ensinamento de tipo prático? Ademais, "a aproximação entre o especulativo e o prático, na ordem do fazer, realizou-se da parte das ciências particulares. Mas o enlace entre a técnica e as ciências filosóficas, permanece ignoto" (p. 24).

É a estas questões que Luz pretende responder, lançando as bases de uma nova disciplina. A filosofia do fazer tem como **princípio unificador** a discussão em torno do valor da técnica, em função de sua finalidade última. Seu **objeto formal**, é a **eficácia**; seu **objeto material**, o factível, o hábito artístico; seus **pressupostos**, os princípios metafísicos que fundamentam as ciências; seu **modelo**, a Ética, porque esta é a única ciência prática urgente; seu **método**, a argumentação dedutiva, que utilize "a análise através do procedimento de binômios [isto é, por] redução a axiomas (...)" e a análise causal, que diagnostica as "razões da ineficácia"; tais procedimentos são complementares (p. 106). O filósofo deve conhecer os princípios gerais do fazer, mas não os específicos, isto é, não deve tentar resolver os problemas técnicos como tais. O campo próprio desse filosofar diz respeito aos princípios que regem a ação mas que não se confundem com os princípios éticos.

No homem, a ação é regida pela inteligência e vontade e torna como ponto de partida um sistema de crenças; quanto mais coerente, mais explícita a relação deste com uma filosofia fática.

A ação inteligente comporta quatro etapas: na primeira, a inteligência aprende um fim; na segunda, delibera sobre os meios; na terceira, a vontade decide sobre a ação ser ou não executada; na quarta, as "funções inferiores" do homem promovem a execução. Na ação individual, todas as etapas são vividas por um mesmo sujeito.

Atualmente, no âmbito das empresas, ocorre uma ruptura, pois não cabe ao sujeito individual expressar todas essas etapas. O cientista (que representa a inteligência especulativa) nem sempre é o diretor da empresa (inteligência prática, técnica) e os subalternos é que executam as decisões tomadas pela diretoria.

Ora, o conhecimento prático depende do especulativo para adequar-se a seus fins e quando tal não acontece, podem surgir dois tipos de problemas: o **revisonismo**:

afã pela mudança; o **fixismo**, cegueira perante os erros evidentes no âmbito da ação.

A única ciência capaz de oferecer caminhos para superarmos problemas dessa ordem é a filosofia, "ciência de síntese" (p. 34); as demais, as ciências particulares, são, pela sua própria característica, excessivamente especializadas para poderem oferecer alternativas.

Luz principia a caracterização da filosofia fática com uma meditação sobre a arte. Para ela, todo homem é, em sentido amplo, um artista, um **homo faber**, pois **artífice** é todo aquele que conhece as razões daquilo que faz, identificando-se com o sábio e distinguindo-se do mero executante, voltado à pura empíria. A arte é "saber prático" (p. 40), que orienta a ação. Contudo, não abrange todo o conhecimento prático, referindo-se a este somente enquanto tal conhecimento se ocupa do factível, da poiesis, do artefato, cujos elementos são: "sua espécie, seu fim e seus acidentes" (p. 42). A espécie consiste "no tipo de ação de que se trata"; o fim é duplo: o assinalado pela **natureza**, o assinalado pelo **homem**; os acidentes são as circunstâncias "que envolvem o artefato e manifestam ou modificam sua eficácia" (p. 43). "A finalidade do fazer (...) consiste em aperfeiçoar a natureza" (p. 43). Quem imprime tal perfeição é o homem, enquanto submete a natureza e realiza sua tarefa, a de expressar a própria dignidade, pois "quanto mais progride a técnica, mais se realiza a humanidade como técnica" (p. 44).

A ação humana deve estar submetida à lei cósmica, que regula o limite das possibilidades de transformações válidas da natureza, produzidas pelo homem. Tal lei faz com que só possamos transformar o que conhecemos, integrando a mudança na totalidade do cosmos. A ação propriamente humana não visa à produção pela produção, mas o produzir segundo uma finalidade inteligente, eficaz, ou seja: concorde com a lei cósmica, a qual expressa a ordem do universo. Essa lei não é determinante, "não anula a liberdade" (p. 46); apenas, favorece a eficácia da ação. A desobediência à lei cósmica desencadeia a ineficácia, o fracasso.

A filosofia fática, reconhecendo na lei cósmica o seu fundamento último, evidências que a ação perfeita é a adequada à lei, adequada ao seu fim, o agir eficaz:

"A lei cósmica ajuda o fazer humano, porque orienta para o fazer eficaz.

(...)

A lei cósmica se ordena ao bem comum" (p. 75).

A ação visa a submeter a natureza, isto é, mediante o conhecimento, transformá-la em natureza cultivada. Tal fazer é a arte, seu resultado o artefato. A tarefa de mutação cultural da natureza cabe a todos os homens e deve ser efetuada levando-se em conta a dignidade humana, pois, quando voltada para o bem comum, promove o progresso. Para tanto, a ação deve ser regulada por uma filosofia do fazer que aponte como, através da **técnica**, o homem pode expressar-se e humanizar os seres naturais:

"Os seres naturais tendem a receber formas que os humanizem.

Fazer cultura é, por isso, levar os seus naturais à sua máxima perfeição, ao convertê-los em artefatos" (p. 59).

O artefato deve, pois, estar a serviço do homem auxiliar a promoção do bem comum:

"Progresso, realização e cultura medem-se em função do bem comum (...)" (p. 50).

A produção do inútil é um mal, pois "destrói em parte o empreendimento comum do domínio da natureza" (p. 58).

Luz associa a ineficácia à privação da qualidade devida. Ora, tal privação não existe em Deus, logo Deus não é causa da ineficácia. Esta só existe num ser, num artefato, de modo accidental. O totalmente inútil, enquanto privação, não é nada; o inútil é uma modalidade de mal e sua explicação última reside no **mal moral**.

A filósofa aplica, como se pode ver, a meditação agostiniana sobre o bem e o mal às noções de eficácia e inutilidade, estabelecendo um interessante ponto de iluminação das questões contemporâneas do fazer e da técnica.

O fecho do livro mostra as relações da filosofia fática com a gnosiologia, a ontologia, a teodicéia, a cosmologia, a psicologia racional e a ética, de que Garcia Alonso destaca as teses centrais; apresentando-as sob a forma de **binômios**. Por **binômios** entende os "juízos axiomáticos que apontam verdades" (p. 66) e decorrem das leis do fazer e seus princípios. Exemplificando, assinalamos os binômios 2, 3, 4 e 7:

"2.

a) O objeto da ação transitiva humana é o domínio da natureza.

b) O homem se realiza accidentalmente como "fazedor" na medida em que se torna senhor da natureza corpórea.

3.

a) O critério objetivo da eficácia é a lei cósmica.

b) O critério subjetivo da eficácia é o fim desejado pelo artífice, para sua obra.

4.

a) A lei cósmica depende da vontade subsistente.

b) A lei cósmica não depende da vontade humana.

(...)

7.

a) O homem fabrica: pressiona o ente até obrigá-lo a mudar de forma... substancial ou accidental.

b) O homem não cria: não comunica o ser ao ente" (p. 68).

A autora descreve as causas eficientes e finais que a nova disciplina leva em conta e assinala, no último capítulo do livro, as diretrizes para o filósofo do fazer, indicando, resumidamente, os pré-requisitos da filosofia fática, seu âmbito de aplicação e sua especificidade em relação à ética e aos métodos que emprega.

O texto é de grande vigor lógico, exhibe invulgar capacidade de síntese e permite um enfoque original do mundo contemporâneo, enraizado, embora, na tradição.

A concepção otimista da técnica, associada ao aperfeiçoamento da natureza pela ação humana, é a nota dominante do livro. O exemplo exponencial de tal saber é a **arte**, que cuida e ordena a natureza, **humanizando-a através de um amor desinteressado e criativo, direto, que se refere ao próprio ser do artefato.**

Amor e eficácia: eis o sentido da ação cultural verdadeiramente humana.

Constança Marcondes Cesar
PUCAMP

GANOZA, Alberto Benavides.
El Ave Huida.
Cajamarca, Editorial Sondor, s/d.

O autor é professor no Seminário San José e na Universidade Nacional de Cajamarca, Peru. O livro trata de discutir **que é filosofia?** e qual o papel de tal ciência no mundo atual.

No "Prólogo", Ganoza discute a finalidade da Filosofia: a) contribuir para o diálogo entre os homens; b) refletir a respeito dos "problemas peruanos" — não os do dia-a-dia, mas os universais.

O homem de hoje, segundo o professor, vive num mundo onde a solidão individual e a massificação tornam-se crescentes. As causas do difícil diálogo entre os homens são: a confusão de idéias e a dispersão, expressas pela babel da linguagem. Por isso, a primeira tarefa da filosofia é o "esclarecimento das linguagens" (p. 15), a busca do fundamento da linguagem. **Que é filosofia? O pensador não diz, ainda. Afirma, no entanto, que ela é vital, justifica-se por si, é uma experiência paradoxal.**

O texto em questão surgiu, segundo nos informa Ganoza, de diálogos com amigos, com alunos, consigo próprio. Por isso, não apresenta uma unidade rigorosa, mas mostra-se como um conjunto de breves anotações.

O filósofo pretende tratar de "problemas peruanos" e "universais" (p. 14). Propôs-se, acreditamos, uma tarefa contraditória, pois não vemos como seria possível um problema ser, a um tempo, "peruano" e "universal".

No primeiro capítulo, sem título, o autor busca explicitar: **que é filosofia e qual o seu lugar, hoje? O pensador parte da opinião comum "de que a filosofia não serve para nada" (p. 19); é inútil e não-prática.**

Contra essas idéias, Ganoza afirma que a filosofia é "(...) a forma mais alta da atividade" (p. 20). Procura falar da filosofia que vale para todos e não somente para os acadêmicos (p. 20).

Novamente o autor parece confundir-se, considerando a distinção entre filosofia tomada em **sentido lato** e a enfocada em **sentido estrito** como se fosse um equívoco.

O peruano vê a filosofia como um conjunto de idéias de que pouco se fala, mas que fundamentam nossa linguagem, uma vez que "toda experiência é uma experiência interpretada" (p. 21). Tais idéias inconscientes são o fundamento dessa interpretação.

A função da filosofia é a "elucidação da experiência" (p. 21), a compreensão do eu e sua circunstância (p. 22), a busca do sentido da experiência através da linguagem, a promoção da vida, da paz, da atividade criadora, do nosso diálogo com o mundo.

No segundo capítulo, intitulado "O Contemporâneo no Pensamento", nosso autor afirma a filosofia como **descoberta** de valores e do significado da cultura. Nosso mundo é um mundo **sem sentido**; daí a necessidade da filosofia, que deve promover a crítica do presente e nossa abertura a outras civilizações, não contaminadas pela técnica.

A problemática central da filosofia contemporânea consiste na ruptura entre a teoria e a prática; tal ruptura acarreta o desprestígio do filosofar. Para os antigos e para a Idade Média, a filosofia foi busca da sabedoria, fusão entre a teoria e a prática. Nesse sentido, os pensadores antigos e medievais podem ser nossos **contemporâneos**, isto é, no dizer do autor, serem sugestivos, iluminadores, para nossa experiência

presente. Hoje, a filosofia deve buscar a superação da ruptura entre a teoria e a prática. Tal pensar deve ser dialético, no sentido grego: dialógico.

O caos presente decorre do início da ruptura, que se deu na Idade Moderna. A fé incondicional na ciência, encarada como instrumento de dominação do mundo, relegou à filosofia a mera interpretação do mundo.

Exemplificam essa atitude: **Descartes**, que oferece u'a imagem matemática do mundo; **Kant**, quando este aponta a ruptura entre a razão pura e a razão prática e faz da filosofia a ciência da ciência, **teoria** (e não atividade prática); esse autor reduz a filosofia à epistemologia, tornando-a "abstração de abstrações" (p. 34).

A crítica de Ganoza é, como se pode ver, superficial, mal esbarrando nas questões centrais das filosofias cartesiana e kantiana.

O capítulo III trata de "Materialismo, Idealismo e Filosofia". Aí, o autor continua discutindo que é filosofia, reiterando a afirmação de que a sua tarefa é a elucidação da experiência, o esclarecimento da totalidade da existência, a busca do sentido do homem. Assim caracterizada, a filosofia não pode ser encarada somente como atividade teórica ou ideológica ou científica. Não é, pois uma "filosofia morta", no dizer do autor. Por "filosofia morta", Ganoza entende a reflexão enfocada como catálogo de opiniões, luta entre ideologias. Ao contrário da imprensa e governos atuais, que se alinham ou na perspectiva materialista "científica — para a qual só o sensível é real; ou na perspectiva idealista — que vê o mundo como um "teatro de sombras" (p. 39) — o filosofar deve ser um esforço "de compreensão, não uma polêmica entre doutrinas" (p. 45).

Nesse capítulo, o peruano menciona Marx, cuja grande contribuição teria consistido em opor ao materialismo positivista e ao idealismo, um materialismo científico, que serviu para a crítica radical às "filosofias mortas" dos séculos XVII ao XIX.

"Possibilidades e Comunidades" é o tema seguinte abordado no livro. Aqui, Ganoza faz a crítica de nosso tempo, inspirando-se em Heidegger, Buber, Ortega. Nosso tempo é caracterizado pela existência de uma política de escravos, pelo Estado ditatorial que busca o poder e não o Bem Comum. Política de massas, de anulação do sujeito individual, onde o sentido da vida comunitária se perdeu.

A comunidade é o mundo do ser-com, das relações inter-humanas, pois o homem, animal de razão (logos), tem a atividade criadora, o fazer poético como atividade por excelência.

A solução para a crise do sentido comunitário é, para o nosso filósofo, a reativação das pequenas comunidades.

O capítulo seguinte, intitulado "Os Usos e os Gozos", retoma a crítica a nosso mundo: mundo cartesiano, que separa festa e trabalho, ciência e vida, economia e religião. Descartes é o "gênio maligno", que inaugura tal dissociação.

Gestalt, Freud e Jung, Hegel e Marx: eis algumas tentativas de buscar um outro caminho, uma outra linguagem, que permite a superação do dualismo.

O símbolo é essa linguagem. E a arte, a sua expressão. A linguagem da arte trata de expressar a essência do homem, instituir um mundo. O autor, sem citar, obviamente apóia-se na concepção heideggeriana da poesia.

"A Noção de Educação" mostra que educar é "instruir e formar" (p. 83) e supõe a incorporação de uma linguagem; implica uma atitude criadora face ao real e na ruptura da oposição mestre-aluno. Nessa perspectiva Ganoza recorda que "a função da filosofia é a elucidação da experiência" (p. 89) — em primeiro lugar, a do próprio filosofar; em seguida, as outras experiências humanas. Começa por explicitar

o que entende por experiência: "todos os modos de nosso comércio com a realidade" (p. 90), e a filosofia, ele a entende como a experiência que interliga a inteligência e a paixão, "ato da mais decisiva concreção", experiência "eminentemente prática" (p. 91), que esclarece o significado do mundo, do homem, da linguagem. Enquanto tal, a filosofia é a experiência "do estranho, do surpreendente, do maravilhoso" porque "tenta efetivamente arrancar-nos de limites" (p. 91). A filosofia é a experiência da transmutação.

A partir dessa concepção da filosofia, o pensador em questão discute o último assunto de seu livro: "A Filosofia e a Universidade". Para o filósofo peruano, as Faculdades de Filosofia não são o lugar onde se faz Filosofia, mas a pátria do academismo vazio e formal. Daí opor a "filosofia autêntica" (experiência transformadora) à "filosofia universitária" (erudição estéril). Sua utopia: fazer da filosofia autêntica o "coração da Universidade" e a universidade "a consciência de uma sociedade renovada" (p. 97).

O texto é de valor desigual e excessivamente abrangente; perde em profundidade o que ganha em extensão temática. Pode apresentar algum interesse, no entanto, como uma introdução à Filosofia.

Constança Marcondes Cesar
PUCCAMP

*

PENHA, João da.

O que é Existencialismo.

Coleção Primeiros Passos.

Editores Brasiliense, São Paulo, 1982, pp. 122.

João da Penha é colaborador de várias publicações culturais, dentre elas a revista Carioca **Encontros com a Civilização Brasileira**. Tem inéditos dois livros: um sobre Jean-Paul Sartre e outro reunindo ensaios e artigos abordando a obra de Gramsci, José Carlos Mariategui, Hegel, Gerd A. Bornheim, Roland Corbisier e Lukács.

A presente obra faz parte da Coleção "Primeiros Passos" e seu objetivo está ligado ao próprio objetivo da coleção indicado no título: "primeiros passos". Oferece-nos uma exposição que, apesar de sintética, possibilita de maneira clarividente a compreensão da corrente filosófica Existencialista. Sua leitura além de muito própria para os primeiros contatos com o existencialismo, é agradável devido à linguagem acessível aplicada pelo autor.

A obra é dividida em introdução e cinco partes.

Na INTRODUÇÃO, o autor nos coloca onde e por que surgiu o Existencialismo. Segundo o autor, o existencialismo "surgiu na Europa após a segunda guerra mundial" (p. 7). Emergiu devido o "ambiente de desânimo e desespero" (p. 7) provocado pela guerra. A partir das marcas da depravação causada pelos conflitos homicídios da guerra, alguns intelectuais sensibilizados com tal situação, passaram a se preocupar com a Existência humana, repudiando os tradicionais padrões sociais que serviam para camuflar a situação de injustiça. E isto influenciou muito as pessoas que viam, nas denúncias do movimento, uma identificação com sua própria situação (vítimas de interesses egocêntricos). A juventude foi a principal influenciada, que a partir de então passou a adotar um comportamento não convencional em relação às normas da sociedade, "rejeitando os valores tradicionais" (p. 7). Segundo o autor, a pretensão deste movimento era lançar uma "nova moral" (p. 9).

Na primeira parte, "Origens do Termo", o autor detém-se na explicação etimológica da palavra existencialismo.

Na segunda parte, “Antecedentes Filosóficos”, o autor faz uma abordagem da filosofia de Kierkegaard e de Husserl, considerando que as doutrinas de ambos serviram de base onde os existencialistas extraíram e fundamentaram os temas básicos de sua reflexão.

No tópico referente a Kierkegaard, o autor faz uma sinopse da vida e da obra do filósofo. Coloca-nos o quanto Kierkegaard contribuiu para o surgimento do existencialismo. Foi em sua doutrina que os existencialistas encontraram os temas que lhes permitiram elaborar sua filosofia. Buscaram em Kierkegaard a preocupação com a **“existência humana, a realidade concreta e singular”** (p. 21). O autor faz um lúcido e inteligível comentário do pensamento kierkegaardiano abrangendo suas principais obras.

No tópico referente a Husserl, o autor fala sobre a vida e obra deste filósofo. Coloca-nos que Husserl foi o criador do **“método fenomenológico”** (p. 27). Procura mostrar o que é a fenomenologia e sua contribuição no surgimento do existencialismo, que serviu como método para modelar os temas extraídos da doutrina kierkegaardiana, sendo possível assim, surgir a corrente filosófica existencialista. Em seguida João da Penha traça um breve e claro comentário dos pontos centrais das obras de Husserl.

Na Terceira parte, “As Correntes Existencialistas”, o autor discorre sobre a vida e obra de Heidegger e Sartre, considerando-os como o âmago da corrente existencialista.

No tópico sobre Heidegger, o autor tece um comentário esboçando de maneira bem inteligível as principais obras e os termos que caracterizam o pensamento heideggeriano: **Ser, Ente, Existenz, Existentialia, Nada, Angústia...** Procura mostrar a recusa de Heidegger em ser classificado de existencialista. O propósito do filósofo, segundo o autor, era elaborar uma **“teoria do Ser, estabelecer uma ontologia geral”** (p. 34). Encerrando este tópico, comenta a adesão de Heidegger ao Nazismo.

No tópico referente a Sartre, o autor detém-se de maneira mais prolongada ao comentar a vida e obra deste filósofo. Procura mostrar as inúmeras incompreensões de que Sartre foi vítima. Segundo o autor, o existencialismo teve uma rápida repercussão e foi até mesmo identificado como estilo de vida, graças à eminente presença de Jean-Paul Sartre. Estabelece em seguida comentário das principais obras do filósofo, tais como: **O Existencialismo é um Humanismo**, onde encontra a síntese do pensamento de Sartre; **O Ser e o Nada; A Náusea**, onde Sartre expressa **“literalmente a contingência do Ser-no-mundo, a angústia do Ser”** (p. 99); **As Moscas**, onde Sartre fala de maneira **mitologizada** sobre a **liberdade; Entre Quatro Paredes**, onde Sartre aborda o problema do **“Ser e aparecer”** (p. 108).

Na quarta parte, “Outras Correntes Existencialistas”, o autor limita-se apenas a mencionar nomes e datas de outros que compõem o movimento, tais como: Miguel Unamuno; Martin Buber; Merleau-Ponty (que alguns classificam de existencialista, embora o autor ache errônea tal classificação); Albert Camus; Karl Jasper e Gabriel Marcel.

Na quinta parte, “Existencialismo e Marxismo”, o autor faz uma comparação do existencialismo, mais precisamente o existencialismo francês, com o Marxismo, onde mostra os pontos em que as duas correntes filosóficas se aproximam e se distanciam.

Finalizando, o autor indica uma vasta bibliografia, oportuna para os interessados aprofundarem o conhecimento do **Existencialismo**.

Embora o autor tenha sido bastante lúcido em seu trabalho, comete o equívoco de associar o surgimento do existencialismo ao período de pós-guerra, mais preci-

samente com Jean-Paul Sartre (cf. p. 7). A meu ver é uma classificação errônea, pois, o que aconteceu foi a maior **divulgação** do movimento, que teve em Sartre seu expoente e não a **gênese**. Em 1938, Sartre já havia publicado **A Náusea**, tendo, portanto, começado a divulgação do existencialismo bem antes da guerra. O autor coloca Heidegger como um dos expoentes da corrente existencialista ao lado de Sartre. Se Heidegger é um dos expoentes do Existencialismo, então o existencialismo não surgiu no período pós-guerra, pois em 1927 Heidegger já havia publicado **Ser e Tempo** e suas obras eram bem conhecidas nos meios intelectuais, inclusive por Sartre, considerado discípulo de Heidegger. A presente obra peca pela preponderância de uma visão sartriana do existencialismo. Apesar disto, é de importância para um primeiro contato com o existencialismo.

Adão José Peixoto

3º ano — Curso de Filosofia — PUCCAMP

*

PRADO JR., Caio

O que é Filosofia

São Paulo, Brasiliense, 1982, 4ª edição, 104 pp.

Coleção Primeiros Passos nº 37.

Consoante o já expresso no próprio título da obra, o autor, neste opúsculo, se propõe a esclarecer o leitor incipiente sobre os limites e abrangência da Filosofia enquanto "Conhecimento do Conhecimento" e sua distinção da Ciência, que é o Conhecimento simplesmente.

Inicialmente procura elaborar um conceito e um objetivo específico para a Filosofia, que não seja ou esteja abrangido pela Ciência. A partir da afirmação: "Que a Filosofia é Conhecimento, e que de **certa forma** se ocupa dos mesmos objetos que as Ciências em geral, não há dúvida. Mas tudo está nessa restrição "de certa forma" (p. 9), o A. procura identificar as distinções e os porquês dessas distinções entre o Conhecimento da Ciência e o Conhecimento do Conhecimento da Filosofia, e a confusão que existe entre um e outro conceitos.

Retrocedendo historicamente no desenvolvimento das idéias e objetos da Ciência e da Filosofia, que por muitas vezes se misturam e confundem, chega à conclusão de que "... a Filosofia tem suas origens e ponto de partida quando o pensamento investigador do Homem se volta reflexivamente sobre si próprio e seu conteúdo de conhecimentos já elaborados e conceituados, ou em vias de elaboração, a fim de aferi-los, compreender o processo de sua elaboração, conceder-lhe segurança e orientação adequada para a utilização prática a que se destinam. ... Transfere-se, então, o pensamento investigador para outro nível." (p. 30). De acordo com o A. "esse momento se situa nos chamados "físicos de Mileto" (p. 31), e já aí começou a confusão entre a Ciência e a Filosofia.

Esta confusão mais tarde será desfeita por Platão, com a distinção que faz do Mundo das Idéias, que outro não será do que o Conhecimento, e "a sistemática conceptual em que os conhecimentos se apresentam" (p. 40). No entanto, os filósofos que se lhe seguiram não insistiram nesta linha de pensamento, mormente em função do misticismo que os conceitos de Platão envolviam.

No entender do A., o grande responsável pela confusão que subsistirá quase que até os nossos dias entre Filosofia e Ciência: "Será esse, Aristóteles, que introduzirá ou pelo menos cuja obra servirá para fundamentar a grande confusão e mal-entendido que vicarão daí por diante, e através dos séculos, o pensamento filosófico.

E científico também. E ainda hoje encontram forte ressonância e reflexos poderosos” (p. 42).

Passa, então, a traçar paralelos entre os conceitos aristotélicos e platônicos, desenvolvendo-os e procurando demonstrar quais aspectos e colocações, a partir de Aristóteles dão ensejo a confusões e viciações do pensamento filosófico até os dias atuais.

Esta confusão e interpenetração Filosofia/Ciência persistirá até o séc. XVI, quando, em função do avanço da Ciência, a Filosofia entra em nova fase, tendo sido Descartes um destacado representante desta evolução.

No entanto, o A. conclui que somente em Marx é que esta confusão fica sanada, pelo fato de Marx ter sido não apenas um observador dos fenômenos, mas também um participante ativo dos acontecimentos sobre os quais teoriza: “Em Marx naturalmente se atinge elevada e excepcional culminância. Nele se reúnem e conjugam o filósofo de larga visão e imensa erudição — um pensamento e Conhecimento, pois, de alto teor —, e o político revolucionário que pôs aquele pensamento e Conhecimento a serviço de intensa atividade...” (p. 95).

Filosofando sobre os objetos, objetivos, formas e funções do Conhecimento, conclui que “da prática ao Conhecimento, e desse Conhecimento de retorno à prática ... representaria, esquematicamente, a linha de desenvolvimento teórico do que haveria de ser a Filosofia” (p. 104).

Não obstante os argumentos claros e racionais e a objetividade apresentada no início da obra, o A. se excede nas críticas a Aristóteles pelo que denomina de “inversão idealista” e que responsabiliza pela confusão reinante entre os conceitos e objetos da Filosofia e da Ciência. Nesta exposição de argumentos o A. acaba se desviando da linha inicial do trabalho, desvio este que chega ao máximo quando da apologia que faz a Marx, deixando, com esta abordagem, bem claras as suas tendências pessoais.

A teorização final sobre os objetos, objetivos, formas e funções da Filosofia basicamente nas seis últimas páginas, não elucida o leitor incipiente sobre o que realmente seja Filosofia, que aliás, é a proposta da obra.

Se o A. se ativesse à linha inicial do trabalho (até p. 42), sem dúvida colimaria seu objetivo inicial. Não o fazendo, ficam ao leitor esclarecimentos sobre as teorias de Platão, Aristóteles e a apologia a Marx, com rápidas aparições de Descartes, Kant e Hegel. Isso para não falar da necessária revisão de pontuar a obra, cuja falta lhe dificulta, sobremaneira, a leitura.

Renate de Assumpção
Instituto de Letras — PUCAMP

*

MARTINS, Carlos B.

O que é Sociologia.

Coleção “Primeiros Passos”.

Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.

Seria a sociologia uma ciência neutra e imparcial ante a realidade histórico-social que se lhe descortina, como seu objeto de investigação ? Ou seria a sociologia um instrumento político, cujas reflexões acerca da vida social se constituiria no referencial teórico para uma práxis libertadora e transformadora da sociedade ? E o sociólogo ? Seria, ele, um profissional eternamente crucificado à sua esferográfica — co-

mo sugere a capa do opúsculo ora resenhado —, vivendo sob o signo da imparcialidade e da indiferença, como mero catalogador de informações atinentes ao mundo social? Ou desempenharia um papel ativo na elaboração do pensamento social?

É a questão deste porte, e a muitas outras, que Carlos B. Martins procura responder, mediante suas reflexões condensadas no livro “O que é sociologia”, publicado pela Editora Brasiliense, e, já agora, em sua 3ª edição — em espaço exíguo de um ano —, o que dispensa maiores comentários sobre a relevância da sua leitura e estudo.

Martins demonstra, ao longo dos três capítulos que compõem o livro, a par de uma pequena introdução, que a sociologia — por ele definida, inicialmente, como “conjunto de conceitos, de técnicas e de métodos de investigação produzidos para explicar a vida social” — é algo mais que uma simples tentativa de explicação e compreensão da sociedade; que a sociologia é fruto de um contexto histórico específico, que coincide com os derradeiros suspiros da sociedade feudal e, conseqüentemente, o desabrochar da sociedade capitalista (burguesa).

Esta, entendida, na sua visão, como o refúgio de múltiplos interesses econômicos e políticos dos grupos e classes sociais, interfere profundamente, ou melhor, contribui profundamente para o surgimento, a formação e o desenvolvimento do pensamento sociológico, o qual, por seu turno, traz consigo — ou pelo menos deveria trazer, na perspectiva do autor — o sêmen da revolução, que irá fecundar o contexto social do qual emergiu.

No primeiro capítulo, Martins reflete sobre a gênese da sociologia. Para tanto, procede a uma abordagem de cunho histórico, centrando sua atenção nos dois grandes movimentos que iriam modificar radicalmente o perfil social, político, econômico e cultural do ocidente europeu: as revoluções industrial (na Inglaterra) e francesa. Essas revoluções e as conseqüentes transformações que operaram no modo de viver das populações sob a sua incidência, burilando, outrossim, a ciência e o pensamento da época, trariam à tona as contradições e os antagonismos de classes antes despercebidos. As conseqüências dessas mutações seriam traumáticas e trágicas. A partir delas se dará o surto do pensamento sociológico, com o aparecimento dos precursores da sociologia: “homens voltados para a ação, que desejavam introduzir determinadas modificações na sociedade”.

No capítulo seguinte, enfoca como se deu a formação do pensamento sociológico. A sociologia, no processo de sua construção, apresenta-se como ciência contraditória e ambígua, o que se pode constatar observando-se a trajetória do seu desenvolvimento. O processo de edificação do pensamento social percorre etapas determinadas, as quais contrapõem-se entre si. Inicialmente, deparar-nos-emos com uma maneira de pensar a realidade de cunho conservador, cujo escopo precípuo será o de manter e legitimar a ordem instalada pelo capitalismo (sociologia positivista). Seus maiores representantes serão Saint-Simon, Comte, Durkheim.

Em outro momento, vemos desabrochar um pensamento crítico e revolucionário, de inspiração socialista (Marx e Engels), que procurará levar a cabo uma crítica radical ao sistema social instaurado pelo capitalismo, evidenciando os seus antagonismos.

Outra fase relevante do pensamento sociológico, foi aquela em que este se pretendeu científico e neutro. O sociólogo, enquanto cientista social, deveria se adstringir à análise fria e objetiva dos problemas econômicos e políticos de seu tempo. O maior expoente desse modo de pensar o social foi Max Weber.

Segundo o autor são as obras desses pensadores que irão constituir um momento decisivo na formação da sociologia, “estruturando de certa forma as bases do pensamento sociológico”.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, abordará o desenvolvimento da sociologia a partir do nosso século.

Salienta Martins que nas três primeiras décadas o pensamento social passou a ser empregado como técnica de manutenção da ordem social vigente, o que denota o seu caráter fortemente positivista e, portanto, conservador.

Nas décadas subseqüentes, a sociologia será profundamente afetada por acontecimentos tais como a 2ª Grande Guerra e a implantação de regimes totalitários em alguns países da Europa, que seria responsável pela emigração de muitos sociólogos europeus para os Estados Unidos. Neste país seriam influenciados pelo pensamento empirista, o que os levaria a adotar uma prática sociológica reacionária, irradiando-a "para os outros centros de investigação dos países centrais do capitalismo e também da periferia".

Concluindo, sustenta o autor que somente a partir do momento em que o sociólogo quebrar o seu isolamento e passar a interagir com os grupos, as classes e as organizações que procuram, não reproduzir, mas recriar a sociedade, é que poderemos ter a esperança da libertação da sociologia das garras do poder burguês, transformando-se num instrumental crítico e de transformação das relações de opressão e dominação, realizando, assim, sua autêntica vocação...

Esta obra, entendo, dirige-se não somente aos sociólogos e acadêmicos de sociologia, mas a todos aqueles que estão engajados na luta por uma sociedade mais justa e humana, liberta dos tentáculos impiedosos do capitalismo selvagem.

José Antonio Lavouras Haicki
2º ano — Curso de Filosofia — PUCCAMP

*

GARCIA DOS SANTOS, Laymert.
Alienação e Capitalismo.
Coleção "Primeiros Vãos".
Brasiliense, São Paulo, 1982, 104 pp.

O autor busca aprofundar o conceito de **alienação** partindo das seguintes questões: Quem é o alienado? Onde se encontra a fronteira entre o alienado e o não-alienado? Quem coloca essa fronteira? Em nome de quê? Com que critérios? O que provoca a alienação? Será possível escapar dela?

Inicialmente apresenta a etimologia da palavra: do latim *alienus*, que significa "o que pertence a outro", alheio.

A seguir, expõe a definição hegeliana, onde alienação é compreendida como o processo de cisão entre sujeito e objeto, provocada pelo trabalho que objetiva a "consciência pura". Surge, então, a consciência real, momento de alienação da consciência. A desalienação ocorrerá, conforme o desenvolvimento da dialética hegeliana, quando sujeito e objeto se identificam, no momento da superação. Feuerbach, discípulo de Hegel, define alienação partindo da "ilusão psicológica" (abstração), porque ela torna o pensamento independente, mais real que o real, fazendo acreditar que somente existe o que o pensamento criou. A religião é o grande exemplo: prega ser "Deus o criador do homem", alienando, deste modo, o homem. Afirmando que Deus é criação do próprio homem, Feuerbach busca defender a primazia do mundo sensível sobre o inteligível: "o homem é o deus do próprio homem" (p. 26). O homem só pode desalienar-se tornando-se sujeito e descobrindo sua essência.

É a partir das definições de alienação dadas por Marx (**Manuscritos de 1844, Ideologia Alemã e O Capital**) que o autor tornará claro como se processa a alienação no interior do Capitalismo. Nos **Manuscritos de 1844**, veremos que: "A alienação começa quando o objeto que o trabalhador produz deixa de ser um meio de subsistência direta e uma confirmação da existência do trabalhador e passa a ser fonte de lucro. A partir desse momento, o objeto que o trabalhador produz enfrenta o seu produtor como ser estranho e uma força interdependente (...) Seu trabalho se transformou numa força autônoma, num objeto vivo que lhe é hostil. O operário se torna escravo do trabalho" (p. 35). Aqui, a desalienação consiste no fim da propriedade privada. Já na **Ideologia Alemã**, encontramos primeiramente uma definição do homem como ser histórico, dinâmico e integrado num contexto social. A essência humana consiste no conjunto de relações sociais. Assim sendo, a alienação é considerada como "autonomização das relações sociais", isto é, as relações sociais distanciam-se dos homens, por exemplo, através da divisão do trabalho imposta pelo capitalismo, leva-os à desintegração e desumanização. Em **O Capital**, Marx empreende um estudo sobre a mercadoria, entendida como produtora de riqueza, contendo valor de uso e valor de troca. A medida de valor é o "quantum" de trabalho. Diz-nos o Autor que nos estudos efetuados por Marx sobre a gênese da moeda, encontraremos o valor apresentado de três formas: simples, total e geral, donde se obtém o segredo da expressão de valor: a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, enquanto trabalho humano. Segredo este que também é expresso na mercadoria tomada como fetiche (artigo mágico com poder sobrenatural). Essa fetichização da mercadoria é o momento supremo da alienação, devido à transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato. A desalienação só se realizará pela destruição do fetiche: destruindo a igualdade abstrata dos trabalhos; provocando a exclusão da relação de troca no âmbito das relações.

No "des-fecho", o autor apresenta a visão de Deleuze e Guatari sobre o Capitalismo. Estes afirmam que o Capitalismo leva a "desterritorialização" e "descodificação", isto é, ao movimento de concretização da abstração, pois a tendência do Capitalismo é dissolver o sentido, substituindo-o pelo valor. Assim, a desterritorialização é compreendida como causa da desindividuação, da qual resulta a esquizofrenia, sendo o esquizofrênico, caracterizado como aquele que perdeu a sua identidade e sente toda a violência do processo. Ele será "aquele que leva ao nível individual o processo social até as últimas conseqüências; será apontado entre todos os alienados, alienado por excelência. Porque é a recusa viva de todas as outras alienações que os aparelhos do estado capitalista fabricam para convencê-los de que ele não deriva de quantidades abstratas; valor, trabalho, mercadoria e fetiche" (p. 35).

A reflexão efetuada por Laymert atingiu seu objetivo: uma abordagem acessível do termo, extrapolando, ao mesmo tempo, a compreensão que comumente se dá. Para os interessados, além da localização da alienação no interior do Capitalismo, este livro se apresenta como estudo propedêutico, para um trabalho mais acadêmico sobre o tema.

Germano Rigacci Junior

39 ano — Curso de Filosofia — PUCCAMP